

Novo prazo para a Carta: o dia 29

Ulysses marca "esforço concentrado" para última semana de agosto

O presidente Ulysses Guimarães está apostando na possibilidade de concluir a votação de toda a Carta até o dia 29 deste mês. Para isso, ele marcou um esforço concentrado de quinta-feira da próxima semana (25) a segunda (29), com sessões pela manhã, à tarde e à noite, e já enviou telegramas a todos os constituintes pedindo que estejam em Brasília neste período.

Ao anunciar sua intenção durante a sessão de ontem, Ulysses lembrou que restam 655 destaques para serem apreciados, o que pode ser feito em dez dias desde que o plenário examine 30 a 40 destaques diariamente. "Há condições técnicas para isso. Já tivemos sessões em que foram eliminados 105, até 110 destaques", disse o presidente.

A sessão de ontem, suspensa por falta de quorum, durou apenas 15 minutos, o tempo suficiente para Ulysses fazer a verificação de presença e anunciar a realização do esforço concentrado. Às 16h15m, como apenas 220 constituintes tinham registrado seus nomes no painel, o presidente foi obrigado a encerrar os trabalhos, convocando nova sessão para hoje às 13h30m, com início da votação às 15 horas.

A primeira matéria em pauta na sessão de hoje é sobre estabilidade do dirigente sindical com mandato. O texto aprovado no primeiro turno prevê a estabilidade para todo empregado com cargo de direção ou representação sindical, mesmo que suplente, até um ano após o final do mandato. O deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS) pretende restringir este direito aos titulares de cargo de direção.

Outra questão que poderá ser votada hoje é o direito de greve. Ulysses reconheceu que o assunto é complexo, e acha que "supera esta barreira", as votações seguintes serão fáceis.

— Vamos evoluir bastante — previu.

Ulysses espera um quorum "confortável" na sessão de hoje, e acredita que, durante o esforço concentrado, haverá votações de madrugada. Ele acha também que as eleições municipais, ao contrário de prejudicar a Constituinte, irão ajudá-la, porque os parlamentares, desobrigando-se "da incumbência maior" que é a elaboração da Constituição, terão mais tempo para se dedicar à campanha.

— Eles estão desejosos de vir aqui, de ficar, de votar até de madrugada. Vamos fazer uma serenata, uma serenata cívica, a serenata da Constituinte.

Confiante na sua previsão de promulgar a Constituição em curto espaço de tempo, Ulysses aceitou o convite do presidente de Portugal, Mário Soares, para em outubro, fazer uma exposição da nova Constituição perante o parlamento português. Aceitou também convite do presidente de Cuba, Fidel Castro. O presidente da Constituinte destacou, entretanto, que só fará as duas viagens em outubro se estiver concluída a elaboração da Carta.

Subgrupos agem a todo o vapor

"O grande avanço nas votações da Constituinte, conseguido durante a semana passada se deve ao trabalho coordenado levado adiante pelos cinco subgrupos suprapartidários em estreita colaboração com as lideranças que tratam de sedimentar acordos antes da apresentação dos incisos no plenário". A afirmação é da deputada Ana Maria Rattes (PSDB/RJ) que participa do subgrupo que trata de comunicação, índios, meio ambiente e família. Ela ressalta o caráter aberto e conciliador do trabalho dos subgrupos que contam com representantes de todos os partidos. "A ideia é penetrar as emendas, identificando pontos de contato para levar adiante fusões e dificuldades especiais para conseguir sua superação. Ao apresentar um texto único e enxuto sobre cada inciso, na reunião de lideranças, a tarefa de celebrar acordos fica bastante facilitada, tornando mais rápidos o exame e as votações para acordos".

Ana Maria Rattes acredita que, mantido o ritmo da semana passada, será possível terminar as votações do segundo turno em três ou quatro semanas e promulgar a Constituição ainda em setembro. "Defendo a necessidade de se criar um dia especial para celebrar a nova Constituição, fugindo de datas com significado já marcado, como o sete de setembro. O Brasil nunca mais será o mesmo, depois da entrada em vigor da Carta, donde a minha preferência por uma data específica para a sua promulgação".

Mesmo admitindo que a Constituinte "é uma caixa de surpresas", Ana Maria afirma haver grande motivação por parte da maioria dos Constituintes no processo de aceleração das votações. "Estamos deslançando um autêntico 'vale-tudo', no bom sentido, é claro, para finalizar a Constituição", diz a deputada.

Os subgrupos estão dividindo o trabalho em: 1) tributação, finanças e organização dos poderes e do Estado; 2) Ordem Econômica, Ciência e Tecnologia; 3) Saúde, Previdência e Seguridade; 4) Comunicação, Meio Ambiente e Índices; 5) Disposições Transitórias. Entre os temas particularmente polêmicos ainda para ser votados em plenário, Ana Maria Rattes cita a reforma tributária, o direito de greve dos trabalhadores, o conceito de empresa nacional, a mineração e o subsolo, a reforma agrária, a inelegibilidade de parentes de titulares do Executivo para cargos eletivos, se não dispuserem de mandatos parlamentares.

JULIO ALCANTARA



Ulysses, com Mário Maia e Brandão Monteiro: um esforço geral para terminar a Carta este mês

Acordo arruma jeito de parente se eleger

A candidatura do constituinte Cássio Cunha Lima (PMDB/PB) à sucessão de seu pai na Prefeitura de Campina Grande foi salva ontem graças a um acordo de lideranças que prevê a modificação do parágrafo 7º, artigo 14, que proíbe a elegibilidade de parentes de chefes do Executivo. O entendimento foi fechado no sentido de ressaltar as candidaturas específicas de parlamentares que sejam parentes de atuais prefeitos, exclusivamente para as eleições de 15 de novembro de 88.

A fórmula encontrada pelos líderes foi a manutenção no corpo permanente da Constituição parte do parágrafo que diz: "§ 7º Ine-

legíveis para qualquer cargo no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, ou por adoção, do Presidente da República, do governador de Estado, do Distrito Federal e do prefeito que tenham exercido o cargo nos últimos 6 meses".

Nas Disposições Transitórias os constituintes aprovaram um dispositivo que ressalva a condição dos candidatos parentes que são parlamentares. No caso de um deputado que seja filho de prefeito ainda investido no cargo, pela Constituição ele não poderia se candidatar. Mas o texto consti-

tucional a ser aprovado agora ressalva as candidaturas dos parlamentares.

Para não parecer casuismo, os líderes decidiram que a ressalva valerá somente para a eleição deste ano. "Com o acordo resolvemos os problemas de alguns parlamentares que já estão com suas candidaturas lançadas. Assim vamos aprovar só um casuismozinho", comenta o deputado José Genoíno (PT/SP). O líder do PMDB na Constituinte Nelson Jobim (RS) tinha revelado anteriormente o desejo de suprimir o parágrafo 7º, mas depois de consultar a bancada considerou que a fórmula do acordo assegura um texto razoável.

Sem acordo sobre greve, a votação pode emperrar

Uma última tentativa de acordo será buscada hoje de manhã pelos líderes dos partidos sobre o direito de greve, um dos primeiros itens da pauta a ser votada na sessão da tarde. Ontem as negociações prosseguiram durante todo o dia, sem sucesso. O PT resistiu às alterações propostas pelo Centrão ao texto aprovado em 1º turno, e o líder do PFL, José Lourenço, insiste no fechamento de um novo texto sem o apoio do Partido dos Trabalhadores, o que é impossível regimentalmente. Na expectativa diante do impasse, os demais líderes alertam para a necessidade do entendimento. "Sem o acordo sobre a lei de greve não tem votação", explica o líder do PSB, Ademir Andrade.

Além da lei de greve, está pendente no capítulo dos Direitos Sociais a estabilidade para os dirigentes sindicais, igualmente polêmica. Os constituintes esperam vencer os pontos pendentes logo que a sessão seja aberta, por volta das 14h30, para então entrar na votação das matérias referentes aos capítulos dos Partidos Políticos e Direitos Políticos.

Logo cedo os líderes se reuniram no gabinete de Nelson Jobim para retomar as discussões sobre a lei de greve. O PT informou na ocasião que, depois de consultar sua assessoria jurídica, ficou evidente a inconveniência da aprovação da inclusão no texto da expressão "seus interesses", defendida pelo Centrão. "Decidimos que é me-

lhor manter o texto como está e já desistimos de retirar o parágrafo 2º do artigo 9, que joga para a lei a punição dos abusos cometidos durante as greves", revelou o deputado Paulo Palm (PT/RS).

Irritado com a posição do PT, o líder José Lourenço (PFL/BA) defendeu o fechamento do acordo, com a inclusão da expressão "seus interesses", sem o aval dos líderes daquele partido. "O acordo é bom, mas o regimento prevê que a inclusão de qualquer palavra nesta fase depende do acordo de todos os líderes. Sem o PT, não tem acordo", lembra o líder do PCB, Roberto Freire.

Com a falta de quorum na sessão desta segunda-feira, na tarde da tarde os líderes voltaram a se reunir para prosseguir as negociações sobre os capítulos que tratam dos direitos políticos e partidos políticos. De antemão, constataram que seria difícil o entendimento sobre alguns pontos, como o voto aos 16 anos e a reeleição dos atuais prefeitos.

As outras matérias desses dois capítulos foram consideradas fáceis de votar, sendo que a tendência é manter tudo o que foi aprovado no 1º turno, com pequenos ajustes redacionais. Além da inelegibilidade dos parentes dos atuais prefeitos nas próximas eleições, os líderes decidiram fazer um acordo para alterar o parágrafo 8º, artigo 14, dos Direitos Políticos, que se refere à elegibilidade dos militares.

Contrariando os assessores dos ministérios militares que fizeram um lobby ostensivo do lado de fora das negociações, os líderes redigiram um novo texto de entendimento baixando de 10 para 5 anos o prazo para que oficiais militares estejam aptos a disputar mandatos eletivos. O texto do projeto aprovado diz que "o militar alistável é elegível se contar mais de 10 anos de serviço, é agregado pela autoridade superior a partir da filiação partidária e, se eleito, passará automaticamente para a inatividade, no ato da diplomação".

Com a aprovação de uma emenda do deputado Paulo Ramos, o acordo prevê que o militar é elegível com 5 anos de serviço. Se contar menos de 5 anos deverá se demitir da atividade militar. Com mais de 5 anos será agregado (suspensão da atividade) pela autoridade superior a partir das data de filiação partidária. E se eleito, passará automaticamente para a reserva.

O militar leva 4 anos na academia para se formar. Depois de um ano de prestação de serviço, sem promover o retorno do dinheiro gasto com sua formação, está apto a deixar as atividades para se candidatar a um cargo eletivo. Estamos raciocinando em termos de custos e benefícios — reagiu o coronel Serra, assessor parlamentar do Exército na Constituinte, que ontem tentava demover os líderes do acordo fechado sobre a questão.

Líderes vão rejeitar decreto-lei

As lideranças partidárias na Constituinte devem acertar hoje pela manhã uma alteração no dispositivo da nova Carta que dá como rejeitados os decretos-leis não apreciados pelo Congresso Nacional até a data da promulgação da Constituição. O acordo entre os líderes estabelecerá um prazo de um ano, a partir da promulgação, para a Casa deliberar sobre as matérias já editadas. A medida deve evitar, a médio prazo, a rejeição de mais de 100 decretos-leis ainda não decididos por sucessiva falta de quorum em plenário.

Para tentar resolver, a curto prazo, o impasse que se instalou com a proximidade da conclusão dos trabalhos da Constituinte, aproveitando inclusive a presença da maioria dos parlamentares para as votações na Assembleia, o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, se reúne às 9h de hoje com as lideranças partidárias no Congresso Nacional. O encontro visa a elaboração de uma pauta de matérias que, por consenso, merecem ser aprovadas. Apesar de ser do interesse de vários líderes e até do presidente Sarney — segundo seu interior, senador Marcondes Gadelha (PFL/PB), o presidente pediu "pressa" na apreciação dos decretos — a reunião pode não apresentar qualquer solução, também por falta de quorum: há sessão da Câmara às 9h e negociação das lideranças na Constituinte às 10h.

Na opinião do líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), esta não será a medida fundamental para se encaminhar ouase 200 matérias que podem ser rejeitadas com a promulgação da Constituição. Para ele, é "materialmente impossível" que os congressistas decidam sobre todos os decretos-leis antes desta data. Por isto, considera que o acordo via Constituinte, dando o prazo de um ano para a deliberação das matérias, solucionará o problema. "Temos decretos muito importantes, que não vigoram isoladamente, mas estão interligados a uma série de atos. Aqueles que não tenham grande importância acabarão sendo rejeitados mesmo, mas haverá tempo ainda do Executivo editar novos decretos se assim for necessário", argumentou Righi.

Ele cita como exemplo o decreto que criou a URP, que faz parte do pacote de medidas econômicas do "plano Bresser", ainda não apreciado pelo Congresso. Também está em pauta, desde abril, o Decreto-Lei nº 2425, que congelou a URP do servidor público nos meses de abril e maio. Estas e outras 83 matérias deixaram de ser apreciadas na última sessão do Congresso — a primeira depois do recesso parlamentar — porque não havia quorum em plenário. Os presentes impediram até que o presidente Humberto Lucena abrisse os trabalhos, evitando que a reunião passasse a contar mais um ponto a favor da aprovação de vários decretos por decurso de prazo. "Não é isto que queremos", adverte o deputado Augusto Carvalho (PCB/DF), presente à sessão da última quarta-feira. "Na pauta havia decretos como o que extingue o Incra, que já tramitou por quase 10 sessões e está perto de ser aprovado por decurso de prazo", destacou.

Augusto considera que o Legislativo deve exercer seu poder, deliberando sobre as matérias enviadas pelo Executivo, "desde que haja quorum suficiente", lembra. "Não podemos ficar adiantando a pauta através de manobras que satisfazem interesses diversos", acrescentou. Ele acredita que um acordo pode levar ao plenário decretos-leis que, por consenso das lideranças, serão logo decididos. Os demais sairiam da pauta e seriam rejeitados pelo dispositivo constitucional.

Calmon vai coordenar a bancada

O senador João Calmon foi reeleito coordenador da bancada do PMDB do Espírito Santo, por indicação da totalidade dos representantes do partido no Estado. Calmon já fora coordenador até o início da atual legislatura, mas considerou encerrada sua missão a essa época; agora, seus companheiros de bancada convenceram-no a voltar à coordenação, considerando que não poderiam permanecer sem um elo de ligação com os órgãos de direção partidária, como as lideranças.

A indicação de Calmon foi feita por todos os demais integrantes da bancada que, mesmo após a saída de quatro de seus dez membros originais, permaneceu como a maior do Estado. Além de Calmon, pertencem ao PMDB o senador Gerson Camata e os deputados Nyder Barbosa, Hélio Carlos Manhães, Rita Camata e Lázio Sathler, todos signatários do documento que reconduziu o coordenador.

Dos demais integrantes da bancada, o senador José Ignacio e os deputados Rose de Freitas e Vasco Alves foram para o PSDB, enquanto o deputado Nelson Aguiar preferiu o PDT. Hoje, o PMDB — que chegara a ter mais de 75 por cento da bancada — está com seis parlamentares, contra três do PSDB, dois do PFL (deputados Stélio Dias e Pedro Ceolin), um do PDT e um do PT (Vitor Buaz).

JULIO ALCANTARA



Nelson Jobim (na cabeça) tentou acordo com os líderes partidários, mas foi em vão